



EMBAIXADA DE ANGOLA
LISBOA-PORTUGAL
SERVIÇOS DE IMPRENSA

RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA

29 de Abril 2021



QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL 2021

ONU apoia desenvolvimento de Angola

Luanda - A Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou-se disponível a apoiar Angola a atingir as metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam combater a fome, pobreza, desigualdade e promover uma vida digna para todos os cidadãos.

A informação foi avançada esta quarta-feira, em Luanda, pela coordenadora residente das Nações Unidas em Angola, Zahira Virani, à saída de uma audiência com o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Em 2015, a ONU definiu a Agenda 2030, constituída por 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) , abordando várias dimensões do desenvolvimento sustentável nas vertentes socioeconómico e ambiental. Inclui, também, 169 metas concretas, cujo objectivo final é a erradicação da pobreza e a promoção de uma vida digna para todos os cidadãos.

Zahira Virani disse ter abordado com o seu interlocutor como o sistema da ONU e as suas agências podem apoiar o Parlamento e o Governo angolano a atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. "Faltam agora 10 anos até a Agenda 2030 e devemos redobrar os nossos esforços para atingirmos as metas", exprimiu.

Instada a comentar se a pandemia da Covid-19 não iria alterar a Agenda 2030, Zahira Virani disse ser necessário redobrar esforços para se atingirem esses objectivos, que têm

metas, "porque a saúde para o povo e as oportunidades não podem ser adiadas". Para a responsável da ONU em Angola, o importante é mudar a maneira de trabalhar e redobrar esforços, "porque a criança, em 2030, não vai aceitar que lhe digam que em 2020 ou 2021 houve esse ou aquele problema e, por isso, não tem saúde e educação".

"Cabe, a todos nós, redobramos esforços: o Governo, o Parlamento, as Organizações Não-Governamentais (ONG), sociedade civil e o sistema das Nações Unidas, para que possamos dar uma resposta positiva à criança, em 2030", assinalou.

A Covid-19, disse, veio destapar falhas no sistema de saúde mas, ao mesmo tempo, está a servir como uma oportunidade para se aprender e melhorar o acesso ao sistema de saúde, educação, entre outros.

Zahira Virani informou que a OMS, uma das agências da ONU, trabalha com o Ministério da Saúde de Angola para não só dar resposta à Covid-19, mas também reforçar o sistema para que todo o povo tenha acesso à saúde.

Considera essencial a criação de mais postos de trabalho para a redução da taxa de pobreza, bem como de um sistema de protecção social mais forte para os mais vulneráveis.

Apoio ao combate à corrupção

Zahira Virani informou que as Nações Unidas estão a trabalhar com o Governo angolano para definir o papel desta Organização internacional no combate à corrupção em Angola. Indicou que o sistema da ONU está a fazer uma pesquisa que servirá de plataforma para elaborar, com o Governo angolano, o seu programa anti-corrupção.

De nacionalidade canadiana, Zahira Virani que chegou a ONU através de um programa denominado "Lead", acredita que o país, com esforços conjugados, deverá chegar às metas dos ODS. Trabalhou no Panamá, em Genebra (Suíça), Afeganistão, Bósnia Herzegovina e São Tomé, como coordenadora das Nações Unidas.

A luta anti-corrupção tem sido uma bandeira do Presidente João Lourenço, desde que chegou ao cargo, em 26 de Setembro de 2017. O Executivo angolano assumiu o compromisso de apresentar no Fórum do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 21 de Julho de 2021, o relatório "sobre o estado da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Angola".

(ANGOP)++++

Conselho de Ministros aprova criação do instituto de especialização em Saúde

Luanda - O Conselho de Ministros (CM) aprovou, esta quarta-feira, a criação do Instituto de Especialização em Saúde e respectivo estatuto orgânico, cujo objectivo é promover, gerir e supervisionar a formação em pós-graduação dos quadros do ramo.

Segundo um comunicado da 4ª sessão Ordinária do CM, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, este novo organismo resulta da fusão da Escola Nacional de Saúde Pública e do Conselho Nacional de Especialização Pós-Graduada em Ciências de Saúde.

No quadro da política externa, o Conselho de Ministros apreciou, para submeter à Assembleia Nacional, a Resolução sobre o Protocolo entre o Ministério do Interior de Angola e o Departamento de Polícia da África do Sul, em matéria de cooperação policial.

No domínio diplomático, da segurança e ordem pública foram aprovadas as Resoluções sobre a ratificação do Acordo de Cooperação entre os Governos de Angola e da República Democrática do Congo, bem como os Protocolos da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos dos Idosos em África e das Pessoas com Deficiência.

O Conselho aprovou, ainda, as resoluções para ratificação do Acordo de Georgetown Revisto, que rege a parceria estratégica entre a União Europeia (UE) e a Organização de Estados da África, Caraíbas e Pacífico (OACP), bem como a

Adesão de Angola ao Acordo Internacional de 2006 sobre Madeiras Tropicais (ITTA-2006). Este órgão também aprovou o Protocolo sobre as Actividades Florestais da SADC e o Acordo sobre Medidas do Estado do Porto, destinadas a prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal não declarada e não regulamentada. (ANGOP)+++

CM aprova regulamento da Lei sobre garantias mobiliárias e registo de garantias

Luanda - O Conselho de Ministros (CM) aprovou, esta quarta-feira, o Regulamento da Lei sobre o Regime Jurídico das Garantias Mobiliárias e Registo de Garantias.

A aprovação do diploma, durante a 4ª sessão Ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, insere-se no Programa de Melhoria do Ambiente de Negócios, que define o quadro jurídico sobre a utilização de bens móveis, como garantia para a obtenção de financiamento.

De acordo com o comunicado da sessão, o financiamento poderá ser obtido através de uma plataforma electrónica que permitirá o seu registo, com o propósito de promover e reforçar a confiança dos financiadores da economia.

Central de Registos de Garantias Mobiliárias

Com a aprovação deste diploma, é instituída a Central de Registos de Garantias Mobiliárias, que fica afectada ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, fornecendo um serviço público electrónico.

Para efeitos de publicidade, este serviço centraliza toda a informação do registo de garantias sobre bens mobiliários, navios, aeronaves, embarcações, veículos automóveis e ferroviários, assim como participações sociais, direitos de propriedade intelectual, valores mobiliários e bens móveis, não sujeitos a registos de propriedade, desde que sejam oferecidos a título de garantia de cumprimento de obrigações.

Igualmente, o Conselho de Ministros apreciou, para submeter à Assembleia Nacional, uma proposta de alteração da

Lei das Actividades Comerciais, para adequá-la ao novo quadro jurídico-constitucional e à Reforma do Estado em curso no país. O CM também aprovou as taxas e emolumentos a cobrar pelos serviços prestados pela Direcção de Trânsito e Segurança Rodoviária da Polícia Nacional.

O seu objectivo é garantir a estabilização dos custos suportados, assegurar a contrapartida de benefício público auferido pelas entidades/utentes que demandem esses serviços, assim como contribuir para a melhoria da sua eficiência e eficácia e do Sistema Nacional de Prevenção e Segurança Rodoviária.

Foi igualmente aprovada a Adenda ao Contrato de Partilha de Produção, celebrado entre a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) e o Grupo Empreiteiro do Bloco 15/06, com o objectivo único de avaliar o potencial da área de concessão do referido bloco.

No âmbito da Reforma Administrativa em curso e visando adequar a estrutura e funcionamento da Administração Indirecta do Estado ao actual contexto político, económico e social do país, o CM aprovou os estatutos orgânicos do Instituto Nacional de Desminagem (INAD).

Aprovou ainda os estatutos orgânicos do Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI), da Agência Nacional de Acção Contra Minas (ANAM), da Escola Nacional do Comércio (ENCO), do Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR) e do Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional (GGPEN). (ANGOP)++++

Governante destaca importância do regime jurídico das garantias mobiliárias

Luanda - O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiróz, afirmou esta quarta-feira, em Luanda, que o Regime Jurídico das Garantias Mobiliárias e Registo permitirá ao cidadão nacional dispor dos seus bens móveis para obtenção de crédito bancário.

O instrumento jurídico foi aprovado esta quarta-feira na IV sessão Ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço. "Estamos a falar de bens como viaturas, jóias e residências", especificou o ministro, à imprensa, no final da sessão, acrescentando que o diploma prevê a criação da Central de Registo de Garantias Mobiliárias para o crédito, que estará ligada a uma plataforma electrónica do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Acrescentou, ainda, que o diploma decorre do Programa de Melhoria do Ambiente de Negócios em Angola, que define o quadro jurídico sobre a utilização de bens móveis, como garantia para a obtenção de financiamento.

Estatuto do CEFOJOR

Por sua vez, o titular da pasta das Telecomunicações e Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, enalteceu a aprovação dos estatutos orgânicos do Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR) e do Gabinete de Gestão de Programa Espacial Nacional.

Sobre o CEFOJOR, adiantou que o centro tem um programa que visa redinamizar o funcionamento dos órgãos internos, no âmbito da reestruturação administrativa destes. Em relação ao Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional, Manuel Homem afirmou que permitirá alinhar as suas normas às regras internacionais em matéria de exploração de espaço para fins espacial.

Projecto Angosat 2

Relativamente ao projecto Angosat 2, que está a ser fabricado na Federação da Rússia, o governante informou que decorre na base de um cronograma estabelecido entre as autoridades de ambos os países (Angola e Rússia).

"Até ao ano de 2022, o satélite Angosat 2 estará em órbita. Não se pode atribuir garantias a um fenómeno que acontece no espaço, mas toda a engenharia técnica para assegurar que este processo ocorra dentro dos procedimentos estabelecidos estão assegurados", exprimiu. (ANGOP)+++

COVID-19: Angola regista segunda vaga

Luanda - A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, informou, nesta quarta-feira, em Luanda, que Angola está em plena segunda vaga da pandemia da Covid-19. Ao falar em conferência de imprensa, a governante afirmou que o país regista aumento rápido de casos, inclusive de novas variantes do vírus.

Sílvia Lutucuta avançou que nos últimos três dias foram diagnosticados 260 casos da estripe inglesa, perfazendo um total de 523 casos, incluindo da variante sul-africana, desde o mês de Março do ano em curso.

A ministra, que receia o registo de um cenário pior ao verificado no país em Outubro de 2020, apelou para a necessidade do cumprimento rigoroso das medidas de biossegurança, como forma de se evitar danos maiores.

Conforme a ministra, o mais preocupante é o facto de a maioria dos casos das novas variantes serem sintomáticas e afectaram, em alguns casos, centenas de famílias ao mesmo tempo.

"O caminho é longo. Mas se não houver rigor no cumprimento das medidas estabelecidas vamos passar por uma fase pior a anterior", afirmou. De acordo com a governante, se não houver mudança no comportamento dos cidadãos nem a aplicação d vacina livrará o país de um "aperto" com o aumento do número de casos diários.

O quadro geral apresenta 26.168 casos positivos, com 591 óbitos, 23.584 recuperados, 1.903 activos. (ANGOP)++++

COVID-19: agravadas multas por incumprimento das medidas de biossegurança

Luanda - O Executivo angolano anunciou, nesta quarta-feira, o agravamento das multas por incumprimento das medidas de biossegurança na via pública, espaços públicos e em locais de aglomerados populacionais.

Para esta nova fase, em função da actualização das medidas da Situação de Calamidade Pública, cujo período vai vigorar até

28 de Maio, o não uso ou uso incorrecto da máscara facial dá multa que varia dos 15 mil a 20 mil kwanzas, contra os 10 mil a 15 mil kwanzas constantes no decreto anterior.

A violação do isolamento domiciliar, segundo o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, que falava em conferência de imprensa, dá origem à responsabilização criminal, nos termos da lei, sem prejuízo da colocação compulsiva do infractor em isolamento institucional e de aplicação de multa que varia entre os Kz 350 mil e os 450 mil kwanzas. A anterior multa estava afixada entre os 250 mil e os Kz 300 mil kwanzas.

Aos restaurantes e similares que violarem as regras estabelecidas as multas variam dos Kz 350 mil aos Kz 450 mil, contra os Kz 200 mil e os Kz 350 mil anteriores. Já aos estabelecimentos comerciais e bens, em caso de violação das regras, a multa varia dos Kz 250 mil aos Kz 400 mil, contra os Kz 200 mil e os Kz 350 mil anteriores.

Os estabelecimentos comerciais e bens e os restaurantes, que viram reduzido o horário de funcionamento em duas horas, passando a fechar às 20 horas, ao contrário da fase anterior em que fechavam às 22 horas, em caso de violação das regras correm ainda o risco de serem encerrados num período de 30 a 90 dias.

Estes, deverão funcionar com até 75 por cento da força de trabalho e presença física de clientes de um máximo de 75 por cento em cada vez. Adão de Almeida adiantou ainda que os realizadores de actividades e reuniões em espaço aberto que não obedecerem as regras serão penalizados com multas pecunarias cujos valores variam dos 400 mil Kwanzas e os 500 mil Kwanzas, os mesmos valores a serem aplicados aos espaços/salões de festas.

Ainda em relação aos salões de festas, para além das multas monetárias, as forças da ordem têm orientação para a apreensão dos bens e equipamentos. Entre as novas medidas, consta ainda a redução da força de trabalho administrativo

público de 75 por cento para 50 por cento. Já nas empresas públicas e privadas a força de trabalho reduz para 75 por cento. O ministro Adão de Almeida reforçou que as medidas actuais podem ser alteradas em função da evolução da situação epidemiológica no país. (ANGOP)+++

MINTTICS e Universidade do Cuanza assinam acordo no domínio da tecnologia 5G

Luanda - O Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS) e a Universidade Internacional do Cuanza (UNIC) assinaram, nesta quarta-feira, um acordo para a implementação de um "Observatório de tecnologia 5G (nova geração de tecnologia)".

O acordo vai permitir que estudantes e operadoras possam consolidar e criar condições para o processo de transformação digital, bem como melhorar o investimento nas telecomunicações. Em telecomunicações, o 5G é o padrão de tecnologia de quinta geração para redes móveis e de banda larga, que as empresas de telefonia celular começaram a implantar em todo o mundo após o fim de 2018.

A propósito, o ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Manuel Homem, que falava na cerimónia de assinatura do referido acordo, considerou que a instalação do Observatório 5G, na UNIC, vai contribuir, igualmente, no investimento que os operadores farão na evolução tecnológica que se impõe com a evolução da nova geração da telecomunicação que é a 5G.

Manuel Homem disse que o sector está aberto a parcerias desta natureza, que permitam agregar conhecimento aos quadros nacionais e contribuem para o aumento do investimento e desenvolvimento das TICs no país.

Para o governante, é importante destacar, que o facto da UNIC estar a ser implementada na província do Bié, joga um papel estratégico, por permitir que na referida região se possam desenvolver capacidades e conhecimento para dar resposta a

este universo, diversificando os pólos do desenvolvimento tecnológico. "A tecnologia 5G começa a ser uma realidade, daí que o nosso país não fica atrás, mas para que possa acontecer, deve-se estar associado ao mundo académico, por este facto a nossa intenção de aproximar toda engenharia que acontece no mundo real", frisou.

Assinaram o acordo pelo MINTTICS, o director Nacional das Telecomunicações e Tecnologia de Informação, Matias Manuel da Silva Borges e pela UNIC o presidente da instituição, Victorino da Graça Baião.

A UNIC, implementado no Bié, é uma instituição privada, aprovada em 2020 pelo Conselho de Ministros, que entrará em funcionamento em Outubro de 2021, oferecendo formação integral com especial preponderância ao uso das tecnologias da informação e comunicação. (ANGOP)+++

JORNAL DE ANGOLA

On Line

QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL 2021

Comissão Interministerial avalia relatório de progresso do PIIM

A Comissão Interministerial para a Implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) realiza, esta quinta-feira (29), em Luanda, a III Sessão

Ordinária, com objectivo de analisar o relatório de progresso do PIIM, referente ao mês de Abril do corrente ano.

O encontro coordenado sob a direcção do Ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior. Na reunião, vão participar também os ministros membros da Comissão, indica uma nota que o Jornal de Angola teve acesso.

Ao todo, 1.679 projectos, com realce para os sectores da Educação e Saúde, estão a ser implementados nos 164 municípios do país e está avaliado em dois mil milhões dólares, recursos oriundos do Fundo Soberano de Angola.

De acordo com dados consultados por este Jornal, o objectivo do Executivo é que a implementação do PIIM represente um significativo passo em frente no processo de desconcentração e descentralização administrativas, assumido pelo Governo como um desafio incontornável da reforma do Estado.

Projectos em curso

No domínio da Saúde, estão a ser construídas, reabilitadas e apetrechadas equipamentos hospitalares de diferentes categorias em vários municípios. As vias de comunicação são, igualmente, um domínio contemplado pelo PIIM. Nesta altura, estão em curso a asfaltagem, terraplanagem, bem como a reabilitação de estradas, sobretudo secundárias e terciárias.

Neste contexto, o Governo pretende que sejam privilegiadas vias que facilitem o escoamento da produção agrícola do campo, incentivando, assim, o aumento da produção, emprego e desenvolvimento. (JA)+++

Infracções económicas no Código Penal

A retenção, a circulação não autorizada e a rejeição de moeda com curso legal foram apontadas pelo director do Centro de Investigação de Direito (CID) da Universidade Católica de Angola como infracções penais económicas tipificadas criminalmente do Novo Código Penal, que, este ano, revogou o que vigorava desde 1886.

Benja Satula, que falava, terça-feira, numa sessão de partilha organizada pelo Gabinete Jurídico do Ministério das Finanças, junta a essa lista os movimentos e operações bancárias ou financeiras ilegítimos, fraude nos pagamentos electrónicos, peculato de uso, responsabilidade criminal das pessoas colectivas, bem como a exploração e tráfico ilícito de minerais.

Em relação ao peculato, o prelector destacou como novidade o facto de o Novo Código Penal ter alargado o conceito de funcionário público, a questão da comunicabilidade da qualidade dos sujeitos e a possibilidade de os particulares incorrerem no crime de corrupção, que anteriormente se encontrava reservado aos funcionários públicos.

A tipificação dos crimes económicos e financeiros visa proteger o património público do Estado, como também proteger e conferir maior confiança ao sistema financeiro angolano, afirmou o também autor de um livro intitulado "Branqueamento de Capitais" citado, ontem, na página electrónica do Ministério das Finanças. (J.A)++++

Construção de gasoduto é assinada hoje

Os ministros dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás de Angola e o de Energia da República da Zâmbia assinam, hoje, em Luanda, um memorando de entendimento para a implementação de um projecto de construção de pipelines (gasoduto) de Multi-Produtos Refinados de Petróleo e Gás Natural, segundo avança a parte angolana em nota enviada às redacções.

A infra-estrutura a construir é assumida como sendo uma das mais importantes do país, que a partir do Porto de Lobito, na província de Benguela, vai fazer chegar à Zâmbia um oleoduto multiuso (tubulação usada para o transporte a grandes distâncias de fluidos, especialmente petróleo) para transporte de produtos energéticos e combustíveis.

Diamantino Pedro Azevedo e Mathew Nkhuwa vão, igualmente, abordar sobre a facilitação do desenvolvimento do

sector privado como parte das estratégias em que os países pretendem melhorar a cooperação. Segundo o programa, a delegação zambiana vai também visitar o Terminal Oceânico da Barra do Dande.

A Zâmbia considera ser esta uma "oportunidade de inserção de Angola no mercado regional e de gerar emprego e energia". Este projecto deverá atrair a capacidade técnica de engenharia dos empreiteiros locais e internacionais, num sector em que as empresas portuguesas têm reconhecido conhecimento nos projectos realizados em várias geografias africanas.

Durante uma reunião recente entre o embaixador zambiano e o ministro angolano dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás já se haviam abordado questões relacionadas com os interesses comuns aos dois países no domínio dos recursos minerais e do petróleo, sendo que há três anos que a Zâmbia mostra interesse em construir um pipeline multi-produtos, a partir do Lobito, para abastecer o seu país e a região em derivados do petróleo, incluindo gásóleo, gasolina e gás". (J.A)+++

Petróleo rende 486,2 mil milhões em Março

As exportações petrolíferas angolanas do mês de Março renderam ao país 486,2 mil milhões de kwanzas, mais 154,7 mil milhões em relação aos 331,7 mil milhões de Fevereiro, segundo o relatório da Direcção de Tributação Especial da Administração Geral Tributária (AGT), publicada na página institucional do Ministério das Finanças.

Foram exportados 30,6 milhões de barris ao preço médio de 45,74 dólares. A contribuição da Concessionária Nacional, Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), nesse mês, foi de 379,2 mil milhões de kwanzas.

Em termos consolidados, o I Trimestre deste ano rendeu já às contas do país mais de um bilião de kwanzas em exportações petrolíferas, alinhando-se com as previsões orçamentais. Nos dois primeiros meses deste ano, a receita fiscal petrolífera atingiu o valor de 633,7 mil milhões de kwanzas, com a

exportação de 71 milhões de barris de crude. Segundo os dados da Direcção de Tributação Especial da AGT, em Fevereiro as receitas cifraram-se em 331,7 mil milhões, com a exportação de 34,6 milhões de barris ao preço médio de 55,79 dólares.

Comparando com o mês de Janeiro, deste mesmo ano, os dados apontaram para um aumento das receitas fiscais petrolíferas na ordem dos 8,7 por cento. Em Janeiro, as receitas petrolíferas atingiram os 302,5 mil milhões de kwanzas, numa altura em que foram exportados 36,7 milhões de barris de petróleo, ao preço médio de 49,62 dólares.

Estiveram na base da referida receita, de acordo com as declarações fiscais submetidas à AGT pelas companhias, que inclui a Concessionária Nacional - Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), o Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP), sobre a Produção do Petróleo (IPP) e sobre a Transacção do Petróleo (ITP).

Do total da receita, nos dois meses (Janeiro e Fevereiro), os valores da Concessionária Nacional "Agência Nacional de Petróleo e Gás" foi de 435,8 mil milhões de kwanzas. (JA)+++

523 casos das novas variantes detectados em Luanda

Um total de 523 casos das variantes inglesa e sul-africana da Covid-19 foi diagnosticado, nos últimos dias, em Luanda, revelou, ontem, a ministra da Saúde, em conferência de imprensa

Sílvia Lutucuta disse que tem havido um aumento "galopante" de casos das novas variantes, afectando famílias inteiras sem distinção de idade, sexo e muitos deles sintomáticos, causando mortes principalmente em jovens.

A ministra da Saúde sublinhou que, contrariamente ao ano passado, em que as vítimas mortais foram adultos e idosos, as novas variantes têm ceifado mais jovens, principalmente do sexo feminino, que anteriormente eram em pequeno número.

Por esta razão, Sílvia Lutucuta disse ser necessário reforçar e cumprir as medidas de protecção individual e

colectiva. "O incumprimento das medidas pode colocar o Sistema Nacional de Saúde em colapso", admitiu a ministra, que pretende a todo o custo evitar uma situação semelhante a que está a ocorrer na Índia, que nos últimos dias tem sido motivo de grande preocupação da comunidade internacional.

Sílvia Lutucuta lamentou, também, o facto de as pessoas estarem a fazer grandes ajuntamentos e festas sem o uso da máscara facial e lavagem das mãos com a água e sabão.

Situação epidemiológica

Nas últimas 24 horas, Angola registou 226 casos de Covid-19, quatro óbitos e 243 recuperados. Dos infectados, 210 foram notificados em Luanda, 7 no Huambo, 4 na Huíla e um nas províncias de Benguela, Bengo, Cuanza-Sul, Malanje e Uíge, com idades entre um mês e 87 anos, sendo 106 do sexo masculino e 120 do sexo feminino.

Em relação às mortes, Sílvia Lutucuta informou que ocorreram nas províncias de Benguela, Luanda e Huíla. Trata-se de cidadãos nacionais, sendo dois do sexo masculino e igual número do sexo feminino. Do total de recuperados, 224 foram em Luanda, 13 em Benguela, seis no Cunene, igual número na Huíla e um nas províncias da Lunda-Sul, Cuanza-Norte e Cuanza-Sul. (JA)++++